

Experiência acaba em bate-boca

A primeira tentativa de sessão conjunta das 21h foi considerada um verdadeiro bate-boca. O fracasso do horário noturno, prática comum nos anos 70, aconteceu em uma quinta-feira, do último dia 27 de maio. Em plenário estavam 67 senadores e 416 deputados, número suficiente para uma votação simbólica. No entanto, devido a um pedido de verificação do quorum, a sessão foi suspensa, mas a discussão sobre a viabilidade da reimplantação das reuniões às 21h continuou por mais 35 minutos.

O deputado Chico Vigilante (PT-DF) foi o primeiro a falar. Ele reclamou do horário, alegando que os servidores da Casa por serem submetidos ao Regime Jurídico Único, devem ter uma jornada de trabalho de oito horas diárias, ou seja, em condições normais até às 18h. Porém muitos funcionários, por força das sessões noturnas, são obrigados segundo Vigilante, a permanecer em seus postos além das duas horas extraordinárias previstas em lei. O deputado diz que a imprevisibilidade das convocações do Congresso impede que se adote sistema de turnos e rodízios

para os trabalhadores.

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, pediu a palavra e mostrou a importância das sessões noturnas, principalmente, às 21h. Para ele, o rendimento dos trabalhos é sempre maior, dando exemplos dos anos 1960 e 1970. Lucena argumentou que senadores e deputados iam em casa para comer e retornavam no horário previsto para a sessão, já mais descansados e alimentados. "Muitas vezes, ficávamos aqui até às 24h". O presidente lembrou ainda que o novo sistema adotado não tem dado o resultado esperado, pois as sessões das duas Casas terminam em geral, às 18h30. Como as sessões do Congresso são às 19h, os parlamentares vão cansados ou simplesmente não comparecem ao plenário.

Antes de encerrar a sessão, onde seriam apreciadas três medidas provisórias, que acabaram sendo reeditadas, o senador Humberto Lucena garantiu que conversaria com os líderes sobre a conveniência ou não do horário. Inocência, mais tarde, achou a proposta inviável, pois prejudicaria as votações na Câmara.